


1. BALANÇO PATRIMONIAL

BALANÇO PATRIMONIAL - ATIVO EXERCÍCIO DE 2017 e 2016 (Em Reais)			
	Nota Explicativa	Exercício 2017	Exercício 2016
ATIVO CIRCULANTE		12.434.416,31	9.860.184,12
Disponível	4.1	99.325,31	39.794,19
Realizável		12.335.091,00	9.820.389,93
Aplicações	4.2	3.493.767,29	2.628.694,35
Aplicações Garantidores das Provisões Técnicas	4.2	3.904.207,08	3.536.317,46
Créditos de Operações c/ Planos de Assistência à Saúde	5	2.331.043,03	1.124.786,50
Créditos de Op. Assistência à Saúde Não Relacionado c/ Planos de Saúde	6	1.711.012,85	1.711.917,17
Bens e Títulos a Receber	6	892.851,70	811.996,69
Despesas Antecipadas	7	2.209,05	6.677,76
ATIVO NÃO CIRCULANTE		7.395.904,87	7.402.654,96
Realizável a Longo Prazo		11.183,34	41.788,42
Depósitos Judiciais e Fiscais		11.183,34	41.788,42
Imobilizado	8	7.332.074,83	7.354.134,06
Imóveis de Uso Próprio - Hospitalares		5.834.758,63	5.996.634,73
Bens Móveis - Hospitalares		472.991,75	655.930,96
Bens Móveis - Não Hospitalares		613.189,60	615.256,74
Imóveis em Construção		411.134,85	86.311,63
Intangível	9	52.646,70	6.732,48
TOTAL DO ATIVO		19.830.321,18	17.262.839,08


Edson Roberto Furlan
 Provedor


Alberto Rangel Garcia
 1º Tesoureiro


Vanderlei dos Reis Garcia
 Contador - CRC 1SP227078/O-1

BALANÇO PATRIMONIAL - PASSIVO EXERCÍCIO DE 2017 e 2016 (Em Reais)

	Nota Explicativa	Exercício 2017	Exercício 2016
PASSIVO CIRCULANTE		6.546.534,00	6.533.126,63
Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde	11	4.279.998,34	3.788.637,05
Provisão de Contraprestações	11.5	771.215,73	712.227,11
Provisão de Eventos a Liquidar para o SUS	11.4	95.805,33	68.137,76
Provisão de Eventos a Liquidar	10	1.488.728,55	1.199.531,50
Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados	11.6	1.924.248,73	1.808.740,68
Débitos de Op. Assist. à Saúde Não Rel. c/Planos de Saúde da Operadora	12	54.497,90	99.067,04
Tributos e Encargos Sociais a Recolher	13	293.881,11	305.895,60
Empréstimos e Financiamentos a Pagar	14	84.749,06	52.476,67
Débitos Diversos	15	1.833.407,59	2.287.050,27
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		2.638.078,58	2.867.387,75
Exigível a Longo Prazo		2.638.078,58	2.867.387,75
Provisões	16.1.1	1.818.475,58	1.673.911,41
Débitos Diversos	16.2	819.603,00	1.193.476,34
PATRIMÔNIO SOCIAL		10.645.708,60	7.862.324,70
Patrimônio Social		3.353.493,49	2.372.339,14
Reservas de Reavaliação		4.171.219,42	4.332.861,46
Déficit / Superávit Acumulados		3.120.995,69	1.157.124,10
TOTAL DO PASSIVO		19.830.321,18	17.262.839,08



Edson Roberto Furlan
 Provedor


Alberto Rangel Garcia
 1º Tesoureiro



Vanderlei dos Reis Garcia
 Contador – CRC 1SP227078/O-1

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO DE 2017 e 2016 (Em Reais)

	Exercício 2017	Exercício 2016
Contraprestações Efetivas de Planos de Assistência à Saúde	22.522.712,29	21.159.339,53
Contraprestações Liquidadas	22.638.220,34	21.279.302,04
Variação das Provisões Técnicas	-115.508,05	-119.962,51
Eventos Indenizáveis Líquidos	-18.961.801,37	-16.825.039,19
Eventos Conhecidos ou Avisados	-18.961.801,37	-16.825.039,19
RESULTADO DAS OPERAÇÕES C/ PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE	3.560.910,92	4.334.300,34
Outras Receitas Operacionais de Plano de Assistência a Saúde	672.172,03	777.240,40
Receitas com SUS	12.244.566,55	12.909.877,80
Outras Receitas Operacionais de Assistência à Saúde Não Relacionados com Planos de Saúde da Operadora	12.683.572,75	10.353.086,09
RESULTADO BRUTO	29.161.222,25	28.374.504,63
Despesas Administrativas	-2.786.912,15	-4.256.080,03
Outras Receitas Operacionais	1.140.055,87	3.617.681,95
Outras Despesas Operacionais	-26.705.574,43	-25.567.437,58
Receita com Voluntariado – Contas de Compensação	132.973,00	59.664,91
Despesa com voluntariado – Contas de Compensação	-132.973,00	-59.664,91
Receita com Atendimento Não Remunerado – Contas de Compensação	1.109.810,71	2.861.781,15
Despesa com Atendimento Não Remunerado – Contas de Compensação	-1.109.810,71	-2.861.781,15
Receita Isenção COFINS – Contas de Compensação	1.328.768,92	1.688.463,11
Despesa Isenção COFINS – Contas de Compensação	-1.328.768,92	-1.688.463,11
Receita Isenção Cota Patronal – Contas de Compensação	2.309.923,35	2.159.546,02
Despesa Isenção Cota Patronal – Contas de Compensação	-2.309.923,35	-2.159.546,02
Provisão para Perda Sobre Créditos	-120.856,42	-174.109,07
Resultado Financeiro Líquido	620.140,81	403.214,27
Receitas Financeiras	1.001.893,84	930.530,13
Despesas Financeiras	-381.753,03	-527.315,86
RESULTADO OPERACIONAL	1.308.075,93	2.397.774,17
Resultado Patrimonial	655.795,66	655.894,34
Receitas Patrimoniais	655.795,66	655.894,34
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS	1.963.871,59	3.053.668,51
RESULTADO LÍQUIDO	1.963.871,59	3.053.668,51


Edson Roberto Furlan
Provedor


Alberto Rangel Garcia
1º Tesoureiro


Vanderlei dos Reis Garcia
Contador – CRC 1SP227078/O-1

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL - DMPL
DOS EXERCÍCIOS DE 2017 E 2016 - (Em Reais)**

	Patrimônio Social	Reservas de Reavaliação	Ajuste de Exercícios Anteriores	Superávit ou Déficit Acumulados	TOTAL
Saldo final em 31.12.2015	2.372.339,14	4.494.282,14	0,00	-1.896.544,41	4.970.076,87
Patrimônio Social					0,00
Reserva de Reavaliação		-161.420,68			-161.420,68
Ajuste de Exercícios Anteriores					0,00
Superávit ou Déficit do Exercício				3.053.668,51	3.053.668,51
Saldo final em 31.12.2016	2.372.339,14	4.332.861,46	0,00	1.157.124,10	7.862.324,70
Patrimônio Social	981.154,35				981.154,35
Reserva de Reavaliação		-161.642,04			-161.642,04
Ajuste de Exercícios Anteriores					0,00
Superávit ou Déficit do Exercício				1.963.871,59	1.963.871,59
Saldo final em 31.12.2017	3.353.493,49	4.171.219,42	0,00	3.120.995,69	10.645.708,60


Edson Roberto Furlan
Provedor


Alberto Rangel Garcia
1º Tesoureiro


Vanderlei dos Reis Garcia
Contador – CRC 1SP227078/O-1

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DO EXERCÍCIO DE 2017 e 2016 (Em Reais)

ATIVIDADES OPERACIONAIS	EXERCÍCIO 2017	EXERCÍCIO 2016
(+) Recebimentos de Plano de Saúde	23.740.447,73	22.121.070,72
(+) Resgate de Aplicações Financeiras*	41.538.916,44	34.520.105,50
(+) Recebimentos de Juros de Aplicações Financeiras*	612.925,49	421.729,74
(+) Outros Recebimentos Operacionais	26.517.891,31	24.674.697,34
(-) Pagamentos a Fornecedores/ Prestadores de Serviços	-37.462.000,52	-34.378.306,17
(-) Pagamentos de Pessoal	-6.968.464,40	-6.541.821,32
(-) Pagamentos de Serviços de Terceiros	-288.579,37	-157.934,82
(-) Pagamentos de Tributos	-3.538.317,48	-3.329.757,36
(-) Pagamentos de Contingências (Cíveis / Trabalhistas / Tributárias)	-374.045,27	-203.643,27
(-) Pagamento de Promoção/ Publicidade	-14.707,04	-15.338,80
(-) Aplicações Financeiras*	-42.771.879,00	-35.563.319,40
(-) Outros Pagamentos Operacionais	-425.471,48	-472.950,63
(=) Caixa Líquido das Atividades Operacionais	566.716,41	1.074.531,53

ATIVIDADES INVESTIMENTO		
(-) Pagamento de Aquisição de Ativo Imobilizado - HOSPITALAR	-129.688,48	-239.090,00
(-) Pagamento de Aquisição de Ativo Imobilizado - OUTROS	-106.240,76	-74.623,68
(-) Outros Pagamentos das Atividades de Investimento	-324.823,22	-86.311,63
(=) Caixa Líquido das Atividades Investimentos	-560.752,46	-400.025,31

ATIVIDADES FINANCIAMENTO		
(+) Recebimentos de Empréstimos / Financiamento*	189.485,31	0,00
(+) Recebimentos de Juros de Aplicações Financeiras*	0,00	0,00
(+) Resgate de Aplicações Financeiras*	0,00	0,00
(+) Outros Recebimentos das Atividades de Financiamento	388.968,35	348.191,42
(-) Pagamentos de Juros e Encargos Sobre Empréstimos / Financiamentos	-11.970,88	-62.178,99
(-) Pagamentos de Amortização de Empréstimos / Financiamentos	-136.273,55	-509.300,04
(-) Aplicações Financeiras	0,00	0,00
(-) Outros Pagamentos das Atividades de Financiamento	-376.642,06	-465.179,07
(=) Caixa Líquido das Atividades Financiamento	53.567,17	-688.466,68

Variação líquida do caixa	59.531,12	-13.960,46
----------------------------------	------------------	-------------------

Caixa mais equivalentes de caixas iniciais	39.794,19	53.754,65
Caixa mais equivalentes de caixas finais	99.325,31	39.794,19


Edson Roberto Furlan
 Provedor


Alberto Rangel Garcia
 1º Tesoureiro


Vanderlei dos Reis Garcia
 Contador – CRC 1SP227078/O-1

NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO DE 2017 E 2016

2. CONTEXTO OPERACIONAL

A **Santa Casa de Misericórdia Hospital São Vicente** é uma associação, fundada em 1907, na cidade de São José do Rio Pardo - SP, e tem como objeto social prestar assistência médico-hospitalar, assim como oferecer meios e modos de assistência e beneficência à saúde da comunidade. É entidade declarada de Utilidade Pública Federal, Decreto nº 1.392 de 19/10/62, Estadual nº 1.434/91 de 11/07/91 e Municipal nº 254/59 de 18/11/1959; registrada no Conselho Nacional de Assistência Social conforme Processo 13.348/1940 deferido em sessão realizada em 24/06/1940, esta Certificada como entidade Beneficente de Assistência Social na Área da Saúde – CEBAS – Saúde conforme Portaria SAS/MS Nº 32, de 11 de janeiro de 2018, publicada no DOU em 15 de Janeiro de 2018, edição 10, seção 1, pagina 49, com validade até 27/09/2021. Opera com atividades de plano de assistência a saúde, através do SAVISA com registro na Agência Nacional de Saúde - ANS número 35326-4.

3. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E PRINCIPAIS PRÁTICAS ADOTADAS

3.1. Base de apresentação

As demonstrações contábeis, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, foram preparadas de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade e as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações-Lei nº 6.404/76 alteradas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, e pelas orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), bem como as exigências e as Resoluções da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS. As Demonstrações estão sendo divulgadas de forma comparativa com as do Exercício anterior.

3.2. Principais práticas contábeis

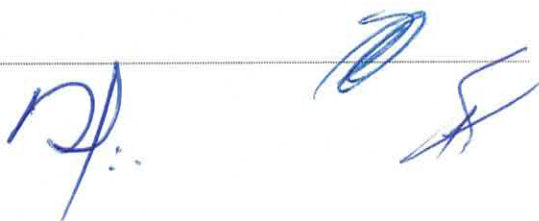
As principais práticas contábeis adotadas estão descritas a seguir:

3.2.1. Apuração do resultado

a) **Receita:** o resultado das transações é apurado pelo regime de competência dos exercícios e considera as contraprestações emitidas de planos de assistência à saúde, que são contabilizadas com base no período de cobertura contratual, observando pro-rata dia aos planos na modalidade de pré-pagamento.

b) **Custo:** os eventos indenizáveis são constituídos com base no valor das faturas apresentadas pela rede credenciada, observando o registro no primeiro momento da apresentação e no valor bruto.

3.2.2. Estimativas contábeis



As demonstrações contábeis incluem estimativas e premissas, como as provisões técnicas, provisões para passivos contingentes. Os resultados efetivos podem ser diferentes dessas estimativas e premissas.

3.2.3. Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis

A moeda funcional da Entidade é o Real (R\$), mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações contábeis.

3.2.4. Caixa e equivalentes de caixa

3.2.4.1 Disponível

Incluem caixa e saldo positivo em banco conta movimento.

3.2.4.2 Aplicações Financeiras

Incluem as aplicações financeiras com liquidez imediata e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. Estão registrados ao valor de aplicação, acrescidos dos rendimentos financeiros auferidos até as datas dos balanços.

3.2.5 Contraprestações pecuniárias a receber

São registrados e mantidos no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, em contrapartida à conta de resultado de contraprestações efetivas de operações de planos de assistência à saúde, observado o período de cobertura contratual e o pro rata dia. A provisão para perdas sobre créditos de contraprestação efetiva é constituída sobre valores a receber de beneficiários com títulos vencidos há mais de 90 dias, para planos coletivos, e há mais de 60 dias, para planos individuais. A Santa Casa revisa periodicamente o critério de constituição para adequá-la à evolução da inadimplência de sua carteira.

3.2.6 Contas a receber com outras atividades

São registrados e mantidos no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos dos créditos por serviços não relacionados aos planos de saúde, em contrapartida à conta de resultado de outras receitas com assistência à saúde. A provisão para perdas sobre créditos com operações com outras atividades é constituída para os valores vencidos há mais de 90 dias. A Santa Casa revisa periodicamente o critério de constituição para adequá-la à evolução da inadimplência dessas operações.

3.2.7 Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição, sendo a depreciação calculada pelo método linear com base na tabela de depreciação do Fisco Federal Nota Explicativa nº 8.

O saldo da reserva de reavaliação, conforme facultado pela Lei 11.638/07 será mantido até sua completa amortização que segue a depreciação.

3.2.8 Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada. Intangíveis gerados internamente são reconhecidos no resultado do período.

3.2.9 Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Santa Casa e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido quando a Santa Casa possui uma obrigação legal ou é constituído como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável os correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

3.2.10 Provisões técnicas

São calculadas com base em metodologia estabelecida pela RN ANS nº 160/07 e alterações posteriores. (vide Nota Explicativa nº 11).

3.2.11 Eventos a liquidar

São registrados com base nas faturas de prestadores de serviços de assistência à saúde, efetivamente recebidas pelas operadoras, em contrapartida à conta de eventos indenizáveis líquidos.

Cobertura Assistencial com Preço Pré Estabelecido – Carteira de Planos Individuais / Familiares Antes da Lei – 41111101

2017	Consulta Médica	Exames	Terapias	Internações	Outros Atendimentos	Demais Despesas	TOTAL
Rede Própria	0,00	0,00	0,00	28.074,87	187.866,22	0,00	215.941,09
Rede Contratada	78.376,04	149.648,15	0,00	28.076,52	39.520,51	0,00	295.621,22
Reembolso	52,00	1.992,38	358,89	205,86	35,53	0,00	2.644,66
Intercâmbio Eventual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	78.428,04	151.640,53	358,89	56.357,25	227.422,26	0,00	514.206,97

Cobertura Assistencial com Preço Pré Estabelecido – Carteira de Planos Individuais / Familiares Pós Lei - 41111102

2017	Consulta Médica	Exames	Terapias	Internações	Outros Atendimentos	Demais Despesas	TOTAL
Rede Própria	4.046,00	0,00	0,00	576.578,32	2.941.211,73	0,00	3.521.836,05
Rede Contratada	1.955.458,59	3.422.027,19	169.511,92	1.495.259,85	3.370.126,78	0,00	10.412.384,33
Reembolso	7.633,60	76.770,55	378.216,34	50.419,12	441.488,51	0,00	954.528,12
Intercâmbio Eventual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	1.967.138,19	3.498.797,74	547.728,26	2.122.257,29	6.752.827,02	0,00	14.888.748,50

Cobertura Assistencial com Preço Pré Estabelecido – Carteira de Planos Coletivos por Adesão pós Lei - 41111104

2017	Consulta Médica	Exames	Terapias	Internações	Outros Atendimentos	Demais Despesas	TOTAL
Rede Própria	552,00	0,00	0,00	50.919,96	294.232,40	0,00	345.704,36
Rede Contratada	77.593,50	293.785,49	127,95	88.698,59	309.099,43	0,00	769.304,96
Reembolso	170,36	2.230,00	607,50	433,57	6.127,84	0,00	9.569,27
Intercâmbio Eventual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	78.315,86	296.015,49	735,45	140.052,12	609.459,67	0,00	1.124.578,59

Cobertura Assistencial com Preço Pré Estabelecido – Carteira de Planos Empresariais Antes da Lei - 41111105

2017	Consulta Médica	Exames	Terapias	Internações	Outros Atendimentos	Demais Despesas	TOTAL
Rede Própria	0,00	0,00	0,00	6.273,59	68.714,61	0,00	74.988,20
Rede Contratada	21.839,28	41.228,88	0,00	15.654,76	12.633,61	0,00	91.356,53
Reembolso	0,00	0,00	0,00	442,40	0,00	0,00	442,40
Intercâmbio Eventual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	21.839,28	41.228,88	0,00	22.370,75	81.348,22	0,00	166.787,13

Cobertura Assistencial com Preço Pré Estabelecido – Carteira de Planos Coletivos Empresariais pós Lei - 41111106

2017	Consulta Médica	Exames	Terapias	Internações	Outros Atendimentos	Demais Despesas	TOTAL
Rede Própria	0,00	0,00	0,00	115.076,46	390.285,08	0,00	505.361,54
Rede Contratada	311.991,75	616.542,81	64.522,36	265.093,54	389.811,47	0,00	1.647.961,93

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

Reembolso	930,09	8.601,00	28.430,11	5.484,66	6.697,03	0,00	50.142,89
Intercâmbio Eventual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	312.921,84	625.143,81	92.952,47	385.654,66	786.793,58	0,00	2.203.466,36

3.2.12 Débitos de Operações Não Relacionados Operadora de Saúde

São registrados com base nos documentos fiscais emitidos por prestadores de serviços de assistência à saúde e fornecedores.

3.2.13 Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

a) **Ativos contingentes:** são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;

b) **Passivos contingentes:** são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como perdas possíveis e remotas são apenas divulgadas em nota explicativa.

c) **Obrigações legais:** são registradas como exigíveis, independente da avaliação sobre as probabilidades de êxito, de processos em que a Santa Casa questionou a inconstitucionalidade de tributos.

4. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

4.1 Disponível

	2017	2016
DISPONÍVEL	99.325,31	39.794,19
CAIXA GERAL	4.572,27	19.574,63
BANCOS CONTA DEPOSITOS	94.753,04	20.219,56

4.2 Aplicações Financeiras

	2017	2016
APLICAÇÕES – CIRCULANTE	7.397.974,37	6.165.011,81
APLICAÇÕES GARANTIDORAS DAS PROVISÕES TÉCNICAS – AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE ANS	3.904.207,08	3.536.317,46
APLICAÇÕES LIVRES	3.493.767,29	2.628.694,35

De acordo com as regras estabelecidas pela ANS, a Santa Casa constituiu ativos garantidores com aplicações financeiras que lastreiam provisões técnicas. (vide Nota Explicativa nº 11).

4.3. CONCILIAÇÃO ENTRE SUPERAVIT / DEFICIT E O FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS

DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO	2017	2016
ATIVIDADES OPERACIONAIS:		
Superávit (déficit) do período	1.963.871,59	3.053.668,51
Atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	547.402,43	517.116,37
Perdas (ganhos) na alienação sobre investimentos	(161.642,04)	(161.420,68)
Ajustes de Exercícios Anteriores	981.154,35	0,00
Redução (aumento) do ativo		
Aplicações financeiras	(1.232.962,56)	(2.921.258,08)
Créditos de operações com planos de assistência à saúde	(1.206.256,53)	(175.928,41)
Créditos de operações não relacionadas com planos de saúde	904,32	(794.822,46)
Créditos tributários e previdenciários	0,00	0,00
Bens e títulos a receber	(80.855,01)	(296.897,14)
Despesas antecipadas	4.468,71	58.516,02
Realizável a longo prazo	30.605,08	(35.224,60)
Aumento (redução) do passivo		
Provisões técnicas de operações de assistência a saúde	491.361,29	596.269,84
Débitos com oper. De Assistência à Saúde não Relacionado c/ planos de saúde	(44.569,14)	54.245,40
Provisões	0,00	0,00
Tributos e encargos sociais a recolher	(12.014,49)	37.519,95
Débitos diversos	(453.642,68)	523.634,82
Passivo não circulante	(229.309,17)	277.685,37
Geração (Utilização) de caixa proveniente das atividades operacionais	598.516,15	733.104,91
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS:		
Aumento de ativos imobilizados	(507.969,72)	(351.193,04)
Aumento de Ativos Intangíveis	(63.287,70)	0,00
Geração (Utilização) de caixa em atividades de investimentos	(571.257,42)	(351.193,04)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS:		
Aumento de Empréstimos	168.248,71	0,00
Amortização de Empréstimos	(135.976,32)	(395.872,33)
Geração (Utilização) de caixa em atividades de financiamentos	32.272,39	(395.872,33)
Aumento (diminuição) no caixa e equivalentes	59.531,12	(13.960,46)
Caixa e equivalentes no Início do Período	39.794,19	53.754,65
Caixa e equivalentes no Fim do Período	99.325,31	39.794,19
Aumento (diminuição) no caixa e equivalentes	59.531,12	(13.960,46)

5. CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA A RECEBER

O saldo desse grupo de contas refere-se a valores a receber dos conveniados do plano de saúde - SAVISA, conforme segue:

	2017	2016
CRÉDITOS DE OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTENCIA A SAÚDE	2.331.043,03	1.124.786,50
COBERTURA ASSISTENCIAL COM PREÇO PREESTABELECIDO	3.134.898,97	1.844.777,15
MENSALIDADES A RECEBER – PESSOA FÍSICA	2.668.874,84	1.501.293,16
FATURAS A RECEBER – PESSOA JURÍDICA	466.024,13	343.483,99
(-) PROVISÃO PARA PERDAS SOBRE CRÉDITOS	(803.855,94)	(719.990,65)
(-) MENSALIDADES A RECEBER – PESSOA FÍSICA	(734.607,41)	(660.788,32)
(-)FATURAS A RECEBER – PESSOA JURÍDICA	(69.248,53)	(59.202,33)

6. CRÉDITOS OPERACIONAIS – CIRCULANTE

	2017	2016
CREDITOS OPERACIONAIS – CIRCULANTE	2.457.061,86	2.324.531,72
CONTAS A RECEBER PRESTAÇÃO DE SERV. ASSISTÊNCIA À SAÚDE – MÉD. HOSPITALAR	1.711.012,85	1.711.917,17
ESTOQUES	656.324,36	560.394,88
TITULOS A RECEBER	89.724,65	52.219,67
OUTROS CREDITOS A RECEBER	146.802,69	199.382,14
ALUGUEL A RECEBER	68.634,10	43.371,54
ADIANTAMENTOS	78.168,59	156.010,60

Os estoques são compostos de materiais hospitalares e outros produtos utilizados pelo hospital e estão avaliados pelo custo médio. A Santa Casa reconhece que o valor constante nos registros contábeis reflete o valor de estoques existentes.

7. DESPESAS ANTECIPADAS

	2017	2016
DESPESAS ANTECIPADAS	2.209,05	6.677,76
1.2.8 – DESPESAS ANTECIPADAS	2.209,05	6.677,76

[Handwritten signatures]

8. IMOBILIZADO

O imobilizado é composto pelos bens a seguir descritos sinteticamente em grupo.

<u>IMOBILIZADO</u>	<u>Taxa Depreciação</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
<u>IMÓVEIS</u>			
TERRENOS		3.603.785,14	3.603.785,14
EDIFICAÇÕES		3.961.813,31	3.961.813,31
(-) DEPRECIACÃO ACUMULADA	4%	(1.730.839,82)	(1.568.963,72)
<u>TOTAL DOS IMÓVEIS</u>		5.834.758,63	5.996.634,73
<u>MÓVEIS</u>			
MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS HOSP.	10%	2.649.956,31	2.625.753,31
MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS NÃO HOSP.	10%	881.001,79	804.152,52
EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA HOSP.	20%	179.623,24	179.703,24
EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA NÃO HOSP.	20%	119.105,15	91.171,37
MÓVEIS E UTENSÍLIOS NÃO HOSP.	10%	19.329,41	19.084,10
VEÍCULOS	20%	32.473,31	32.473,31
IMOBILIZAÇÕES EM CURSO HOSP.	-	411.134,85	86.311,63
(-) DEPRECIACÃO ACUMULADA		(2.795.307,86)	(2.481.150,15)
<u>TOTAL DOS MÓVEIS</u>		1.497.316,20	1.357.499,33
<u>TOTAL DO ATIVO IMOBILIZADO</u>		7.332.074,83	7.354.134,06

9. INTANGIVEL

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
<u>ATIVO INTANGIVEL</u>	52.646,70	6.732,48
SISTEMAS APLICATIVOS – SOFTWARE	137.223,21	73.935,51
(-) AMORTIZACÃO ACUMULADA	(84.576,51)	(67.203,03)

10. EVENTOS A LIQUIDAR



Reconhecimento das contas médicas (Provisão de Eventos Conta 21111903) a liquidar pela assistência médico-hospitalar e utilizada pelos beneficiários dos planos de saúde comercializados pela operadora, no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, totalizaram R\$ 1.488.728,55 (Um milhão, quatrocentos e oitenta e oito mil, setecentos e vinte e oito reais e cinquenta e cinco centavos)

11. RECURSOS PRÓPRIOS MÍNIMOS E CONSTITUIÇÃO DE PROVISÕES TÉCNICAS

11.1 PATRIMONIO MINIMO AJUSTADO – PMA

O quadro abaixo apresenta a análise do PMA do 4º Trimestre de 2017 em relação ao PLA do mesmo período.

Patrimônio Mínimo Ajustado – PMA	
Classificação	Filantropia, SSP E SSP/SUS, região 6
Fator k	1,77%
Capital Base	8.145.639,13
PMA calculado	144.177,81
Patrimônio Líquido Ajustado – PLA	10.590.852,85
Suficiência do PLA em relação ao PMA	10.446.675,04
Situação	Situação Regular

11.2 PATRIMÔNIO LÍQUIDO AJUSTADO – PLA

		4º TRI 2017
25	PATRIMÔNIO LÍQUIDO / PATRIMÔNIO SOCIAL	10.645.708,60
DEDUÇÕES	0 PARTICIPAÇÕES EM OPERADORA DE PLANOS DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE	0,00
	0 PARTICIPAÇÕES EM INSTITUIÇÕES REGULADAS (ANS, SUSEP, BACEN,PREVIC)	0,00
	0 Participações Sociedades Cooperativas - Operadoras - Avaliadas pelo Método de Custo	0,00
	0 Outros Investimentos (participações reguladas)	0,00
	0 0	0,00
	0 Crédito Tributário sobre Prejuízo Fiscal	0,00
	0 DESPESAS DE COMERCIALIZAÇÃO DIFERIDAS	0,00
	128 DESPESAS ANTECIPADAS	2.209,05
	134 ATIVO NÃO CIRCULANTE INTANGÍVEL (1341)	52.646,70
		dez/12
ADIÇÕES	- Passivo Tributário a Receber de Cooperados (131919011)	0,00
	- PROVISÕES PARA TRIBUTOS DIFERIDOS (23531)	0,00
	- Provisão para Ações Tributárias	0,00
	- TRIBUTOS E ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	0,00
	- Aquisição de Carteira de Plano de Assistência à Saúde	0,00
	- (-) Aquisição de Carteira de Plano de Assistência à Saúde (deduções e ajustes)	0,00
	- (-) Amortização da Aquisição de Carteira de Plano de Assistência à Saúde	0,00
	- Gastos com Promoção e Prevenção à Saúde	0,00
	- (-) Gastos com Promoção e Prevenção à Saúde (deduções e ajustes)	0,00
	- (-) Amortização Gastos com Promoção e Prevenção à Saúde	0,00
Proporção das adições (IN DIOPE 50)		30%
PLA		10.590.852,85

11.3 MARGEM DE SOLVÊNCIA TOTAL (MS)

Valores apurados em 31/12/2017, foram:

	DESCRIÇÃO	VALORES (R\$)
(A)	Contraprestações/Prêmios líquidos em preço pré-estabelecido: soma dos últimos 12 meses	22.522.712,29
(B)	Eventos/Sinistros indenizáveis líquidos em preço pré-estabelecido: média anual dos últimos 36 meses	17.558.106,18
(C)	Contraprestações/Prêmios líquidas em preço pós-estabelecido: soma dos últimos 12 meses	0,00
(D)	Eventos/Sinistros indenizáveis líquidos em preço pós-estabelecido: média anual dos últimos 36 meses	101,22
(E)	Valor I: $20\% \times (A + 50\% \times C)$	4.504.542,46
(F)	Valor II: $33\% \times (B + 50\% \times D)$	5.794.191,74
Margem de Solvência Calculada: Valor máximo entre I e II (RN 209/2009)		5.794.191,74
Margem de Solvência Exigida (MSE) - Caso OPS se enquadre nas situações previstas nos art. 6º §6º, art. 7º, 8º e 8º-A da RN 209/2009, deverá observar escala exigida nestes artigos		3.658.452,67

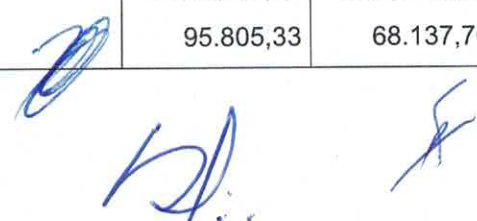
De acordo com os cálculos efetuados, temos que:

Margem de Solvência – MS	
Patrimônio Líquido Ajustado - PLA	10.590.852,85
Margem de Solvência	5.794.191,74
❖ MS – Suficiência em relação ao PLA (R\$)	4.796.661,11
❖ MS – Suficiência em relação ao PLA (%)	82,78%
Margem de Solvência Exigida	3.658.452,67
❖ MSE - Suficiência em relação ao PLA (R\$)	6.932.400,18
❖ MSE - Suficiência em relação ao PLA (%)	189,49%
MS Exigida com desconto	-

11.4 PROVISÕES TÉCNICAS

Ressarcimento ao SUS, o valor está representado pelos boletos emitidos atualizados a valor presente com multa e juros e também pela estimativa de perda das impugnações em tramite conforme demonstrativo disponibilizado na Agência Nacional de Saúde Suplementar.

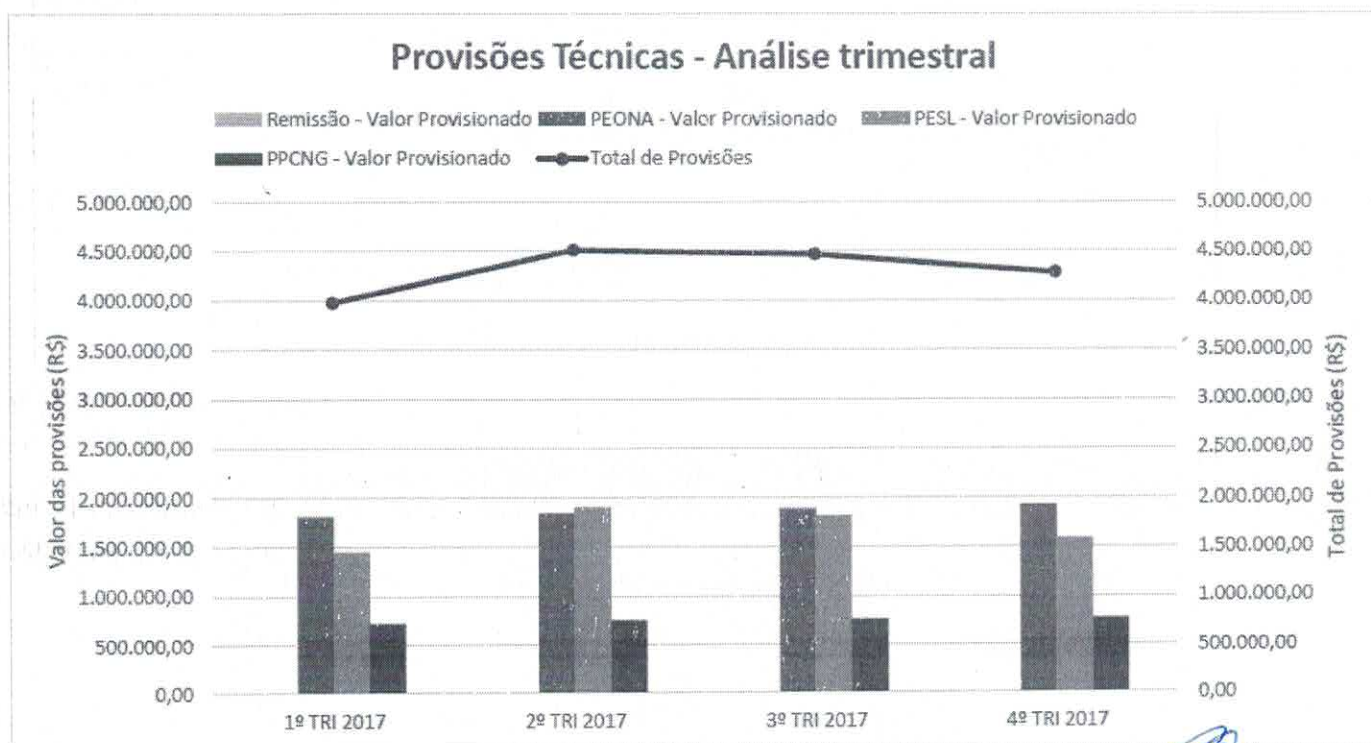
	2017	2016
PROVISÕES TÉCNICAS DE OPERAÇÕES DE ASSISTÊNCIA MÉDICO-HOSPITALAR	4.279.998,34	3.788.637,05
Provisão de Contraprestação	771.215,73	712.227,11
Provisão de Eventos a Liquidar	1.488.728,55	1.199.531,50
Provisão Eventos Ocorridos e Não Avisados	1.924.248,73	1.808.740,68
Provisão de Eventos a Liquidar – Ressarcimento SUS	95.805,33	68.137,76



PEONA- PROVISÃO EVENTOS OCORRIDOS E NÃO AVISADOS		2017	2016
A	Contraprestações Líquidas nos últimos 12 meses – Preço pré-estabelecidas	22.638.220,34	21.279.302,04
B	Total dos Eventos Indenizáveis Líquidos nos últimos 12 meses – preço pré-estabelecidos	19.008.104,79	16.825.039,19
C	8,5 % x A	1.924.248,73	1.808.740,67
D	10 % x B	1.900.810,48	1.682.503,92
	Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados – PEONA – Maior valor entre C e D	1.924.248,73	1.808.740,67
E	1/72 (AVOS) - A PARTIR DE JANEIRO DE 2008	26.725,68	25.121,40
	OBSERVADA A VARIAÇÃO DAS CONTRAPRESTAÇÕES PEONA		
F	PEONA CONTABILIZADA	1.924.248,73	1.808.740,68

Em 31 de dezembro de 2017, as garantias financeiras eram constituídas integralmente por aplicações financeiras (vide Nota Explicativa nº 4.2).

- Evolução trimestral das provisões técnicas em 2017:



- Provisões de Eventos a Liquidar em 31/12/2017 de acordo com a RN Nº 390:

CONTA	DESCRIÇÃO	4º TRI 2017
21111902	Provisão de Eventos/Sinistros a Liquidar para o SUS (CP)	95.805,33
211119021	Provisão de Eventos/Sinistros a Liquidar para o SUS - GRU	0,00
211119022	Provisão de Eventos/Sinistros a Liquidar para o SUS - Parcelamento	0,00
211119024	Provisão de Eventos/Sinistros a Liquidar para o SUS (% hc x ABI)	95.805,33
21111903	Provisão de Eventos/Sinistros a Liquidar para Outros Prestadores de Serviços	1.488.728,55
23111902	Provisão de Eventos/Sinistros a Liquidar para o SUS (LP)	0,00
231119021	Provisão de Eventos/Sinistros a Liquidar para o SUS - Parcelamento	0,00
231119022	Provisão de Eventos/Sinistros a Liquidar para o SUS - Ação Judicial com Depósito	0,00
23111903	Provisão de Eventos/Sinistros a Liquidar para Outros Prestadores de Serviços	0,00
TOTAL		1.584.533,88

1 A RN nº 390 acrescentou 3 novas subcontas à conta de número 21111902 e 2 novas subcontas à conta 23111902. Junto com isto, a RN nº 392 apresentou mudanças na forma de realizar a vinculação e o lastro da PESL SUS, onde será excluído para fins de lastro e vinculação as subcontas 211119022 e 231119021, que se referem aos parcelamentos da PESL SUS e o valor da conta 211119024 poderá ser reduzido de acordo com o Índice de Adimplência de Ressarcimento ao SUS.

11.5 PPCNG

Valor apurado em 31/12/2017:

CONTA	Descrição	4º TRI 2017
211119011	Circulante	771.215,73
231119011	Não circulante	0,00
TOTAL		771.215,73

11.6 LASTRO E VINCULAÇÃO DE PROVISÕES TÉCNICAS

	4º TRI 2017
Aplicações Garantidoras de Provisões Técnicas (1221 e 1311)	3.904.207,08
- Aplicações vinculadas	1.997.875,89
- Aplicações não bloqueadas	1.906.331,19
Provisões com necessidade de Lastro	3.412.977,28
Provisões com necessidade de Vínculo	1.924.248,73

Situação Geral	Suficiente em 114,39%
Situação em Vínculo	Suficiente em 103,83%

Handwritten signatures and initials in blue ink.

11.7 SINISTRALIDADE – OPERADORA DE SAÚDE

	Sinistralidade do 1º TRI 2017 até o 4º TRI 2017			
	Receita	Despesa	Resultado	Sinistralidade
Planos Individuais /Familiars não regul.	759.694,08	514.206,97	245.487,11	67,69%
Planos Individuais/Familiars regul.	17.443.277,47	14.888.748,50	2.554.528,97	85,36%
Planos Coletivos Por Adesão não regul.	0,00	0,00	0,00	0,00%
Planos Coletivos Por Adesão regul.	1.326.290,24	1.124.578,59	201.711,65	84,79%
Planos Coletivos Empresarias não regul.	219.381,00	166.787,13	52.593,87	76,03%
Planos Coletivos Empresariais regul.	2.949.959,70	2.203.466,36	746.493,34	74,69%
TOTAL	22.698.602,49	18.897.787,55	3.800.814,94	83,26%

11.8 FÉRIAS A PAGAR

	2017	2016
PROVISÕES DE FERIAS	645.383,03	691.240,89

Constituída com base nos direitos adquiridos pelos empregados até data do Balanço incluídos os encargos sociais correspondentes.

12 – DÉBITOS DE OPERAÇÕES ASSISTÊNCIAIS NÃO RELACIONADOS – OPERADORA DE SAÚDE

DESCRIÇÃO	2017	2016
DÉBITOS DE OPERAÇÕES DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE NÃO RELACIONADO COM PLANOS DE SAÚDE DA OPERADORA	54.497,90	99.067,04

13 – TRIBUTOS E ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER

DESCRIÇÃO	2017	2016
INSS A RECOLHER – FUNCIONÁRIOS CLT	53.032,13	51.422,47
FGTS A RECOLHER	74.313,49	72.705,27
PIS SOBRE FOLHA FUNCIONÁRIOS A PAGAR	11.893,59	11.593,42
IRRF FUNCIONARIOS A RECOLHER – DARF 0561	16.084,70	14.571,28
IRRF TERCEIROS A RECOLHER – DARF 0588/1708	31.256,27	37.880,94
ISSQN A RECOLHER	27.451,21	27.609,32
PIS/COFINS/CSLL A RECOLHER – DARF 5952	68.710,47	70.541,34
INSS TERCEIROS A RECOLHER	11.139,25	19.571,56
TOTAL	293.881,11	305.895,60



14 – EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A PAGAR

As obrigações por empréstimos e financiamentos são representados como segue:

DESCRIÇÃO	2017	2016
CAPITAL DE GIRO - CIRCULANTE	84.749,06	52.476,67
CAPITAL DE GIRO – NÃO CIRCULANTE	0,00	0,00
TOTAL	84.749,06	52.476,67

15 – DÉBITOS DIVERSOS

DESCRIÇÃO	2017	2016
OBRIGAÇÕES COM PESSOAL (FUNCIONÁRIOS CLT)*	1.164.976,53	1.195.101,46
FORNECEDORES	593.170,54	763.628,07
OUTROS DÉBITOS A PAGAR	75.260,52	328.320,74
TOTAL	1.833.407,59	2.287.050,27

* Inclui provisão de férias no montante de R\$ 645.383,03 em 2017 e R\$ 691.240,89 em 2016.

16. EXIGÍVEL A LONGO PRAZO – PASSIVO NÃO CIRCULANTE

16.1 PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

16.1.1 Contingências Cível e Trabalhista

A Santa Casa constituiu provisão para contingências com base na opinião de seus assessores jurídicos. Os saldos consolidados e provisionados estão demonstrados a seguir:

	2017	2016
PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS	1.818.475,58	1.673.911,41

16.1.2 Processos Movidos pela Secretaria Receita Federal - SRF

Processo movido pela Secretaria da Receita Federal em virtude da perda do Certificado de Filantropia no período de 01/2005 à 27/09/2012; Processo nº 10865.003927/2010-65, objeto do auto de infração nº 37.283.732-8, referente à contribuição social prevista nos incisos I, II e III, art. 22 da Lei nº 8.212/91, no valor de R\$ 7.449.142,91, no período

de 01/2005 a 08/2009; Processo nº 10865.003928/2010-18, objeto do auto de infração 37.283.733-6, referente à contribuição previdenciária referente a terceiros, incidentes sobre os pagamentos a segurados empregados e contribuintes individuais, no valor de R\$ 1.725.340,44, no período de 01/2005 à 08/2009; Processo 10865.003929/2010-54, objeto do auto de infração nº 37.283.734-4, referente a multa por não ter a entidade apresentado o documento referente ao artigo 32, inciso IV, da Lei 8.212/91 (GFIP), com dados correspondentes aos fatos geradores de todas as contribuições previdenciárias, no valor de R\$ 715.895,00, no período de 01/2005 à 08/2009; Processo nº 10865.722149/2014-31, objeto de cobrança de suposto débito a título de diversas contribuições previdenciárias e penalidade pelo descumprimento de obrigação acessória, no período de 09/2009 a 09/2012. O valor da causa é de R\$ 8.299.674,31. Após a homologação e publicação do acórdão do recurso voluntário, será dado conhecimento da decisão à Santa Casa, intimando-a, quando for o caso, a cumpri-la, no prazo de 30 dias. Contra essa decisão, existe a possibilidade de recurso de fazer um pedido de reconsideração ou interpor recurso especial à Câmara Superior de Recursos Fiscais, caso presentes as condições de admissibilidade. Vale observar que a Santa Casa obteve o deferimento do CEBAS requerido em 30 de dezembro de 2009, relativo ao período objeto do auto de infração nº 10865.722149/2014-31, através da Portaria nº 1.044, de 26 de setembro de 2012. É possível se defender, judicialmente, que a validade do CEBAS deve ser considerada desde o momento em que a entidade demonstrou atender aos requisitos em lei exigidos, qual seja, os exercícios fiscais anteriores ao requerimento administrativo formulado, aplicando-se os efeitos *ex tunc* e não ser compelida ao recolhimento das contribuições e penalidades por descumprimento de obrigação acessória do período de 09/2009 a 09/2012.

Haja vista que obtivemos decisão judicial favorável (processo nº 0002338-25.2010.403.6127), que cancelou a aplicação dos efeitos do ato cancelatório nº 01/2008 (que deu causa a cobrança dos débitos de contribuição discutidos administrativamente), fizemos pedido perante a Receita Federal do Brasil, para que fosse suspensa a exigibilidade dos débitos em razão de decisão não transitada, em julgado com consequente expedição de Certidão Positiva com Efeitos de Negativa, procedimento que obtivemos êxito




16.2 DÉBITOS DIVERSOS – NÃO CIRCULANTE

Constituída com base das subvenções recebidas do poder público, o reconhecimento das receitas será ao longo do período confrontada com as despesas, conforme determina CPC 07(RI):

DESCRIÇÃO	2017	2016
SUBVENÇÃO ESTADUAL	141.207,91	166.340,41
SUBVENÇÃO FEDERAL	678.395,09	1.027.135,93
TOTAL	819.603,00	1.193.476,34

17. DOAÇÕES RECEBIDAS

São transferências gratuitas, em caráter definitivo de recursos financeiros ou do direito de propriedade de bens móveis e imóveis, com a finalidade de custeio, investimento e imobilizações, sem contrapartida do benefício dos recursos.



Com participação de toda sociedade, bem como doações de Pessoas Físicas e Jurídicas. Em função deste aporte geral de doações que conseguimos cumprir todos os nossos compromissos nos prazos (principalmente todos os tipos de impostos/taxas).

	2017	2016
DOAÇÕES RECEBIDAS	126.105,23	224.047,84
PESSOA FISICA	9.997,00	25.234,20
PESSOA JURIDICA	3.062,24	71.683,41
CAMPANHA HOSPITAL VIVO	67.701,85	59.630,32
CREDITOS CAMPANHA NOTA FISCAL PAULISTA	45.344,14	67.499,91

18. SUBVENÇÕES RECEBIDAS E CONVÊNIOS PUBLICOS

Corresponde às transferências derivadas da Lei Orçamentária e concedidas por órgãos do setor público às entidades, públicas ou privadas, com o objetivo de cobrir despesas com a manutenção e o custeio destas, caracterizada ou não pela contraprestação de bens e serviços da beneficiária dos recursos.

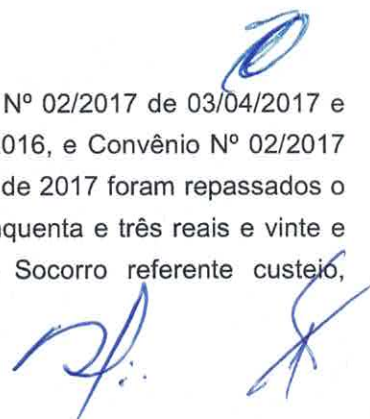
1. SUBVENÇÕES 2017

• Subvenção Municipal:

- ✓ Termo de Prorrogação N° 02/16 assinado em 27/12/2016 prorrogando por 90 dias o Convênio N° 03/16 sendo repassado 3 parcelas de R\$ 26.000,00 destinados ao custeio dos serviços do Ambulatório de Quimioterapia, resultando no total de R\$ 78.000,00.
- ✓ Termo de Prorrogação N° 03/17 assinado em 03/04/2017 prorrogando por 30 dias o Convênio N° 03/16 destinados ao custeio dos serviços do Ambulatório de Quimioterapia, sendo repassado R\$ 26.000,00.
- ✓ Programa Pró Santa Casa II - Plano Operativo do Colegiado de Gestão Regional do Rio Pardo assinado em 07/11/16, repassado no ano de 2017 o montante de R\$ 205.716,00 (duzentos e cinco mil, setecentos e dezesseis reais) referente as parcelas mensais de R\$ 17.143,00 destinados ao custeio de materiais e medicamentos.
- ✓ Convênio Custeio Honorários Médicos UTI e Obstetras, conforme Termo de Parceria – Lei 4795 de 30/12/2016, repassado no ano de 2017 o montante de R\$ 357.462,00 (trezentos e cinquenta e sete mil, quatrocentos e sessenta e dois reais) sendo R\$ 130.662,00 para honorários médicos obstetras e R\$ 226.800,00 para honorários médicos da UTI, em parcelas mensais de R\$ 29.788,50.

• Pronto Socorro:

- ✓ Termo de Prorrogação N° 01/2016 de 27/12/16, Termo de Prorrogação N° 02/2017 de 03/04/2017 e Termo de Prorrogação N° 03/2017 de 03/05/2017 do Convênio N° 02/2016, e Convênio N° 02/2017 assinado em 01/06/2017 com vigência de 12 meses, sendo que no ano de 2017 foram repassados o valor total de R\$ 3.009.753,29 (três milhões, nove mil, setecentos e cinquenta e três reais e vinte e nove centavos) destinados a reembolsar as despesas do Pronto Socorro referente custeio, manutenção, despesas e serviços.



- **Obstetras Divinolândia:**

- ✓ Convênio Nº 001/2017 assinado em 24/10/2017 no valor total de R\$ 30.000,00 com vigência de 6 meses, destinado para pagamento de honorários médicos obstétricos as gestantes do município de Divinolândia correspondente a 106 internações/ano. No ano de 2017 foram repassados o valor total de R\$ 10.000,00 referente a 2 parcelas de R\$ 5.000,00.
- ✓ Termo Aditivo Nº 02/2017 ao Convênio Nº 03/2017 assinado em 25/09/17 referente ao serviço de internações obstétricas do município de Divinolândia, no valor total de R\$ 20.003,65. No ano de 2017 foram repassados o valor total de R\$ 12.002,19 referente 3 parcelas de R\$ 4.000,73.

- **Convênio SUS:**

- ✓ Convênio de Adesão ao SUS Nº 03/2017, assinado em 01/06/17, vigente até 31/05/2018, com o objetivo de prestar serviços de assistência à saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde, foram repassados os valores descritos abaixo:
- ➔ **Atendimento Ambulatorial e SADT** cujo valor contratado anual estimado em R\$ 840.000,00, repassado no ano de 2017 o montante de R\$ 727.370,99.
- ➔ **Média Complexidade** parcelas mensais de R\$ 199.864,11 repassado no ano de 2017 o montante de R\$ 2.398.368,36.
- ➔ **Alta Complexidade** parcelas mensais de R\$ 30.391,03, repassado no ano de 2017 o montante de R\$ 364.692,39.
- ➔ **Rede de Atenção às Urgências** conforme portaria MS nº 1264 de 20 de junho de 2012 com parcelas mensais de R\$ 41.897,62, repassado no ano de 2017 o montante de R\$ 502.771,44.
- ➔ **Incentivo de Adesão à Contratualização - IAC** conforme portaria MS nº 2035 de 17 de setembro de 2013 com parcelas mensais de R\$ 99.936,97, repassado no ano de 2017 o montante de R\$ 1.199.243,64.
- ➔ **Internações obstétricas do município de Caconde** conforme Deliberação CIB-11 de 18 de março de 2011 com parcelas mensais de R\$ 5.840,04, sendo repassado no ano de 2017 o montante de R\$ 70.080,48.
- ➔ **Incentivo INTEGRASUS** conforme portaria nº 504 de 07 de março de 2007 com parcelas mensais de R\$ 16.905,87 sendo repassado no ano de 2017 o montante de R\$ 202.871,21.
- ➔ **Hemodiálise** cujo valor contratado estimado em R\$ 190.000,00 mensais conforme faturamento via UAC – Unidade de Avaliação e Controle, repassado no ano de 2017 o montante de R\$ 2.123.620,69.
- ➔ **Cirurgias Ginecológicas** conforme Termo Aditivo Nº 01/2017 ao Convênio Nº 03/2017 no valor estimado de R\$ 60.000,00, sendo repassado no ano de 2017 apenas o montante de R\$ 14.000,00.



- **Subvenção Estadual:**

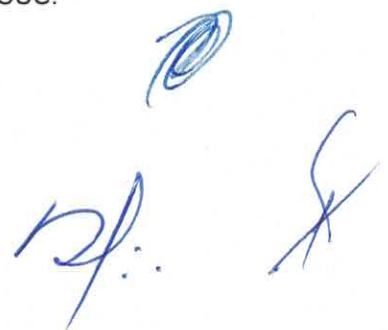
- ✓ Convênio Nº 569/2016 - Processo: 001.0214.001230/2016, assinado em 16/12/2016, publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo (DOE) nº 243 de 28 de dezembro de 2016, Seção I, página 55, referente a transferência de recursos financeiros no ano de 2017 para ocorrer despesas com custeio do programa Pró Santa Casa II (pagamento de Plantões da UTI, Maternidade, Pediatria, Central de Vagas, materiais e medicamentos). O valor total do contrato é de R\$ 1.296.000,00 com vigência de 36 meses, sendo que no ano de 2017 foi repassado 11 parcelas de R\$ 34.200,00 totalizando R\$ 376.200,00.
- ✓ Convênio Nº 012/2017 - Processo: 001.0214.000.001/2017, assinado em 23/03/2017, publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo (DOE) nº 127 de 25 de março de 2017, Seção I, página 35, referente a transferência de recursos financeiros no ano de 2017 para ocorrer despesas com custeio (prestação de serviços de terceiros) referente à quimioterapia. O valor total do contrato é de R\$ 272.000,00 com vigência de 34 meses, sendo que no ano de 2017 foi repassado 1 parcela de R\$ 8.000,00 e 8 parcelas de R\$ 7.600,00 totalizando R\$ 68.800,00.
- ✓ Convênio Nº 296/2016 - Processo: 001.0214.000.381/2016, assinado em 14/06/16, publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo (DOE) nº 110 de 16 de junho de 2016, Seção I, página 40, referente a transferência de recursos financeiros para ocorrer despesas com custeio (prestação de serviços de terceiros) referente à quimioterapia. O valor total do contrato é de R\$ 40.000,00 com vigência até 31/12/17, sendo que no ano de 2017 foi repassado 2 parcelas de R\$ 7.600,00 totalizando R\$ 15.200,00, existe um saldo pendente de R\$ 800,00.
- ✓ Convênio Nº 295/2016 - Processo: 001/0214/000.448/2016, assinado em 14/06/16, publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo (DOE) nº 110 de 16 de junho de 2016, Seção I, página 40, referente a transferência de recursos financeiros no ano de 2016 para ocorrer despesas com custeio do programa Pró Santa Casa II (pagamento de Plantões da UTI, Maternidade, Pediatria, Central de Vagas, materiais e medicamentos). No ano de 2017 não foi repassado nenhuma parcela, porém existe um saldo pendente de R\$ 72.000,36 para encerrar o convênio.

- **Subvenção Federal:**

- ✓ Convênio Nº 837617/2016, Proposta SICONV Nº 033400/2016, SIPAR 25000176796/2016-77 no valor de R\$ 100.000,00 (Cem mil reais) destinados a aquisição de materiais de consumo médico hospitalar, repassado em 11/05/2017.

19. ATENDIMENTOS A PACIENTES

Em atendimento ao Convênio firmado entre o Sistema Único de Saúde – SUS, através da Secretaria Municipal de Saúde de São José do Rio Pardo, em conformidade com Lei 12.101 de 27 de novembro de 2009 e suas posteriores alterações a Entidade cumpre todas as metas pactuadas no atendimento ao paciente SUS.

Handwritten signatures in blue ink, including a circular stamp and several illegible signatures.

20. ISENÇÃO PREVIDENCIÁRIA E TRIBUTÁRIA USUFRUÍDAS

Em obediência à Lei 12.101/2009 e ao Decreto 7.237/10, os valores relativos às Isenções Fiscais da entidade estão contabilizados como se devidos fosse, isto é, debitando DESPESAS E CUSTOS pelos valores devidos e creditando-os nas respectivas contas de RECEITA, e estão abaixo demonstrados:

DESCRIÇÃO	2017	2016
COTA PATRONAL (INSS+SAT+TERCEIROS)	2.309.923,35	2.159.546,02
CONTRIBUIÇÃO PARA FINANCIAMENTO SEGURIDADE SOCIAL (COFINS)	1.328.768,92	1.688.463,11

21. GRATUIDADES

Valores aplicados em gratuidade representando a diferença entre o custo hospitalar menos o recebimento do SUS e os atendimentos não remunerados, totalizaram o montante de:

DESCRIÇÃO	2017	2016
CUSTO DO ATENDIMENTO SUS	1.109.810,71	2.861.781,15

22. APLICAÇÃO DOS RECURSOS




Todos os recursos da Santa Casa foram aplicados em suas finalidades institucionais, de conformidade com o seu Estatuto Social.

23. REGULAMENTAÇÃO DOS PLANOS DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE

A Santa Casa, em cumprimento a legislação vigente, mantém aplicação financeira garantidora das provisões técnicas junto a Agência Nacional de Saúde – ANS, para cobertura das provisões técnicas no valor de R\$ 3.904.207,08 (Três milhões, novecentos e quatro mil, duzentos e sete reais e oito centavos), segregados em R\$ 1.997.875,89 vinculado a Agência Nacional de Saúde que só poderá ser utilizado em casos excepcionais de eventos não previstos no Plano de Saúde, com expressa autorização da ANS e o valor R\$ 1.906.331,19 não vinculado. As Atividades da Santa Casa (Filantropia) e o Plano de Saúde (Operadora de Plano de Saúde), apesar das finalidades serem complementares e os procedimentos independentes, estão elaboradas e apresentadas em uma única Demonstração Contábil.

24. IMUNIDADE TRIBUTÁRIA

Tendo em vista que a Santa Casa aplica integralmente suas rendas, recursos e eventual resultado operacional na manutenção e desenvolvimento dos objetivos institucionais no território nacional, não remunera nem concede vantagens ou benefícios por qualquer forma ou título a seus diretores, conselheiros, sócios, benfeitores ou equivalentes, em caso de dissolução ou extinção da Santa Casa, o eventual patrimônio remanescente será destinado a uma entidade congênere devidamente registrada no Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS ou uma entidade pública a critério da Instituição e não distribui resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcela do seu patrimônio sob nenhuma forma, mantém a escrituração regular de suas receitas e despesas, está imune ao



Imposto de Renda de Pessoa Jurídica, á Contribuição social Sobre o Lucro Líquido – CSLL, ao PIS e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS e aos impostos municipais e estaduais de acordo com os dispositivos da Constituição da República Federativa do Brasil e do Código Tributário Nacional – CTN, de acordo com a Lei nº 12.101 de 27/11/2009 e no art. 29 a entidade faz jus a isenção do pagamento das contribuições de que trata os artigos 22 e 23 da Lei nº 8.212 de 24 de julho de 1991.

25. DESPESAS

	2017	2016
4 – DESPESAS	53.797.677,26	54.119.436,92
4.1.1 – EVENTOS INDENIZAVEIS CONHECIDOS	18.961.801,37	16.825.039,19
4.4.1 – OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS COM OPERADORA DE SAÚDE	497.494,85	423.576,24
4.4.2 – DESP. OPERACIONAIS NÃO RELACIONADAS COM OPERADORA SAÚDE	31.210.411,98	32.087.425,60
4.5.2 – DESPESAS FINANCEIRAS DE ASSISTENCIA A SAÚDE.	61.276,77	197.311,87
4.5.3 – DESPESAS COM EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	11.970,88	62.178,99
4.5.8 – OUTRAS DESPESAS FINANCEIRAS	308.505,38	267.825,00
4.6.1 – DESPESAS COM PESSOAL PROPRIO.	446.243,72	422.024,49
4.6.2 – DESPESAS COM SERVIÇOS DE TERCEIROS	288.579,37	157.934,82
4.6.3 – DESPESAS COM LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO	161.374,11	185.365,62
4.6.4 – DESPESAS COM PUBLICIDADE E PROPAGANDA.	14.707,04	15.338,80
4.6.5 – DESPESAS COM TRIBUTOS	84.344,89	87.391,85
4.6.8 – DESPESAS ADMINISTRATIVAS DIVERSAS	1.750.966,90	3.388.024,45

26. SEGUROS

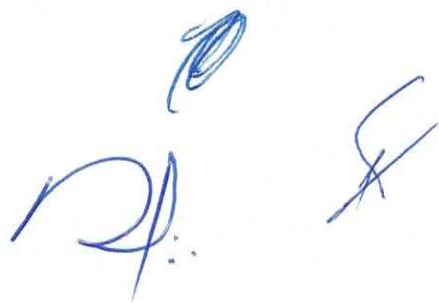
A Santa Casa adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados pela administração como suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As apólices estão em vigor e os prêmios foram devidamente pagos.

As premissas de riscos adotadas, dada as suas naturezas, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações contábeis, conseqüentemente, não foram auditadas pelos nossos auditores independentes.

27. TRABALHO VOLUNTÁRIO

Atendendo à Resolução CFC nº 1.409 de 21/09/2013, que através da NBC-ITG 2002, determina o reconhecimento do trabalho voluntário pelo valor justo da prestação do serviço como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro.

Assim sendo foram levantados os trabalhos voluntários tomados pela Santa Casa. Em primeira instância encontram-se os trabalhos voluntários, que, sem nenhuma remuneração são prestados pelos membros da MESA DIRETORA e do CONSELHO FISCAL da entidade. A mensuração destes trabalhos foi realizada com base nas horas despendidas, avaliadas pelas taxas horárias praticadas por esses profissionais, no montante de R\$ 132.973,00 (Cento e trinta e dois mil, novecentos e setenta e três reais).



28. OBSERVAÇÕES GERAIS

28.1 INDICADORES FINANCEIROS

INDICADORES ^{1 2}	1º TRI 2017	2º TRI 2017	3º TRI 2017	4º TRI 2017
Liquidez Corrente	1,74	1,74	1,72	1,90
Liquidez Geral	1,22	1,29	1,30	1,36
Capital Circulante	4.860.723,57	5.274.624,96	5.360.703,59	5.887.882,31
Margem de Lucro/Sobra Líquida	0,05	0,05	0,04	0,04
Taxa de retorno sobre o patrimônio líquido (ROE)	0,08	0,14	0,16	0,23
Prazo Médio de Pagamento de Eventos	29,72	36,52	34,80	30,08
Prazo Médio de Pagamento de Eventos (sem SUS)	28,52	35,52	32,85	28,26
Prazo médio de contraprestações a receber (PMCR)	34,82	35,85	36,42	37,26
Índice de despesas administrativas (DA)	0,14	0,14	0,14	0,12
Índice de despesas de comercialização (DC)	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Sinistralidade (pura) - Σ 12 meses	81,92%	82,38%	81,83%	84,19%
Sinistralidade (critério ANS) - Σ 12 meses	81,92%	82,38%	81,83%	84,19%
Índice combinado - COMB - Σ 12 meses	98,67%	98,20%	99,32%	96,56%
Índice combinado ampliado - COMBA - Σ 12 meses	97,16%	95,32%	95,11%	40,34%
Despesa média (Sinistro) R\$	105,86	126,02	151,72	194,91
Receita média (Ticket) R\$	130,24	154,20	186,82	233,33

28.2 COMENTÁRIO GERAL

A Santa Casa, ciente de sua responsabilidade social, continua desenvolvendo grandes esforços para obtenção do equilíbrio financeiro, ampliando as atividades da operadora da saúde e melhorando a qualidade na prestação de serviços hospitalares, que visam a redução de seus custos sempre em benefício da comunidade.

É indispensável à ajuda financeira complementar dos órgãos governamentais (Federal, Estadual e Municipal), bem como da comunidade, para suprir suas carências financeiras na prestação de um serviço digno e compatível às necessidades de atendimento à saúde da população, como vem sendo feito com muito esforço e competência pela sua administração.

São José do Rio Pardo – SP, 31 de Dezembro de 2017.


Edson Roberto Furlan
Provedor


Alberto Rangel Garcia
1º Tesoureiro


Vanderlei dos Reis Garcia
Contador – CRC 1SP227078/O-1



CNPJ (MF) 59.901.454/0001-86

SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE SÃO JOSÉ DO RIO PARDO

Rua Cel. Alípio Dias, 620 - CEP 13720-000 - São José do Rio Pardo - SP Fone: (19) 3682-9090


PARECER DO CONSELHO FISCAL

Nós membros do Conselho Fiscal da Santa Casa de Misericórdia Hospital São Vicente, abaixo assinados, nos termos do Estatuto da entidade, examinamos a documentação apresentada pela contabilidade, que se encontra a disposição de eventuais interessados, somos de PARECER que os documentos:


- Relatório da Administração;
- Balanço Patrimonial;
- Demonstração do Resultado do Exercício;
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido;
- Demonstração do Fluxo de Caixa;
- Notas Explicativas e
- Relatório dos Auditores Independentes,

Representam fielmente o movimento econômico-financeiro da entidade no exercício de 2017, merecendo total aprovação por parte deste Conselho e da Assembléia Geral.

São José do Rio Pardo, 29 de Março de 2018.


José Acácio Bertogna
Conselho Fiscal


Antônio Carlos Gomes
Conselho Fiscal


Rogério Lodovicho
Conselho Fiscal

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A Provedoria da

SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE SÃO JOSÉ DO RIO PARDO

São José do Rio Pardo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras **SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE SÃO JOSÉ DO RIO PARDO**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE SÃO JOSÉ DO RIO PARDO** em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação a **SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE SÃO JOSÉ DO RIO PARDO**, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da Operadora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Operadora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Operadora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela administração da Operadora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião.

Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

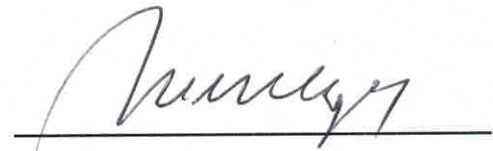
Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Operadora.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Operadora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São João da Boa Vista - SP, 26 de março de 2018

PAES DE MENEZES AUDITORES ASSOCIADOS S/S
CRC - 2SP023510/O-6



JOSÉ BENEDITO PAES DE MENEZES
Contador CRC-1SP-58.194/O-0